



EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE CONSULTORIA ATUARIAL

CONVITE Nº. 02/2020

Tipo de Licitação: **CARTA CONVITE**
Forma de Julgamento: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL PARA DO ISSM – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

REGIMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: de 9:30 horas às 11:30 horas do dia, 22/01/2021 até o dia 28/01/2021 (sempre no mesmo horário) no Setor de Licitações do ISSM, localizado na Rua Amadeo Pugliese, nº 28, Centro – Maricá/RJ, CEP 24.913.710, Tel. 2637-3744.

ABERTURA DOS ENVELOPES:

1º fase- habilitação. No dia 28 de janeiro 2021 às 14:00 h (documentação e credenciada) na sala de reuniões do ISSM, entregue conforme prazo e local acima;

2º fase – proposta. No dia 29 de janeiro de 2021, no mesmo local e horário, abertura dos envelopes contendo as propostas.

Obs: Apenas as empresas habilitadas na primeira fase do procedimento licitatório (Habilitação) participarão da fase de abertura dos envelopes contendo as propostas.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O edital estará disponível na Internet no site: issm.marica.rj.gov.br, podendo ser entregue a quem solicite a cópia impressa na sede do ISSM, mediante ao fornecimento de uma resma de papel do tipo A4. Informações, dúvidas e esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: cpl.issm.2017@gmail.com, Tel. (21) 2637-3744.

Maricá, ____ de _____ 2021.

JANETE CELANO VALLADÃO
Presidente



EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: Convite nº. 02/2020

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

1. PREÂMBULO

O INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ– ISSM - torna público, para o conhecimento de todos, em cumprimento ao princípio constitucional da publicidade, que realizará em sua sede na Rua Amadeo Pugliese, nº 28, Centro – Maricá/RJ, CEP 24.913.710; Tel. (21) 2637-3744, procedimento na modalidade de CONVITE, do tipo Menor Preço Global, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, dispondo neste Edital as condições de sua realização.

2. DATA, LOCAL E HORÁRIO

Os envelopes nº 1 – HABILITAÇÃO e o envelope nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL deverão ser entregues lacrados, em envelopes distintos e devidamente identificados, de 9:30 horas até às 11:30 horas do dia 22/01/2021 até o dia 28/01/2021, no Setor de Licitação, do ISSM, localizado na Rua Amadeo Pugliese, nº 28, Centro – Maricá/RJ, CEP: 24.913.710, Tel. 2637-3744. A abertura dos envelopes ocorrerá às 14:00 horas, do dia 28/01/2021 (documentação credenciada) na sala de reuniões do ISSM, conforme data e endereço acima. No dia 29/01/2021, no mesmo e local e horário, ocorrerá abertura dos envelopes contendo as propostas, na sala de reuniões do ISSM, localizada no mesmo endereço.

2.1. Não será concedida prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e da proposta.

2.2. Os envelopes que excederem o prazo e horário de entrega serão protocolados, porém expressamente recusados pela Comissão Permanente de Licitações para participação do certame, ficando os mesmos retidos pelo ISSM até a homologação do presente processo licitatório, sendo posteriormente devolvidos à licitante, que requeira a devolução.

3. DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente ato convocatório a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL PARA O ISSM – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ**; em conformidade com o Anexo I – Objeto - Termo de Referência, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. O orçamento máximo para a realização do objeto do presente edital é no valor estimado de **R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) anual**, compreendendo 12 (doze) meses de prestação do serviço.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas resultantes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária de 2021, a saber:

Classif. FuncionalProgramática	Projeto / Atividade	Descrição: Nat. Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
4003091220062237	Manutenção e Operatividade de Atividades Administrativas	Outros Serviços de Pessoa Jur.	3.3.903900000	RPPS 303	R\$ 84.000,00



5. DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO

5.1. As empresas interessadas em participar deste certame, deverão entregar seus envelopes com antecedência de até 24 horas do dia anterior a data prevista para a abertura das propostas, conforme exigido no § 3º do art. 22 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. É vedada a participação de empresas em regime de concordata, falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da administração direta ou indireta do Município, ou ainda, que esteja com o direito de participar de licitação suspenso.

5.3. Não serão aceitas empresas reunidas em consórcios e/ou subcontratadas.

5.4. A participação na licitação implica integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seus anexos e das normas que o integram.

6. REPRESENTAÇÃO LEGAL DA EMPRESA

6.1. Só poderá deliberar em nome da licitante, praticando os atos pertinentes ao certame, um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, legalmente identificado, ou pessoa física ou jurídica, habilitada por meio de credenciamento, na forma do anexo IV, **com firma reconhecida**, que deverá ser entregue **dentro do envelope nº 1 – HABILITAÇÃO.**

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE COM O BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Se a licitante participante do certame quiser utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar os seguintes documentos dentro do envelope nº 1 – Habilitação:

- a) Comprovação de condição de empresa de pequeno porte ou micro empresa, conforme anexo III (com firma reconhecida em todas as assinaturas); ou Certidão da Junta Comercial, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) Credenciamento, conforme anexo IV (com firma reconhecida).
- c) O Credenciamento, conforme o anexo IV, está dispensado quando estiver presente um dos dirigentes contratuais ou estatutários da licitante participante, legalmente identificado.
- d) A não comprovação do subitem 7.1., deixará a licitante impossibilitada de utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- e) Se a licitante participante apresentar todos os documentos elencados no item 7.1, será considerada na presente licitação como empresa de pequeno porte ou microempresa, aplicando-se os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação de **Regularidade Fiscal**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração



Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.1.3. Na licitação será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.1.4. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **10%** (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.1.5. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. Estando esta convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.1.6. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos § 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem Classificatória, para exercício do mesmo direito.

7.1.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.1.8. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.1.9. O disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O envelope nº 1 – Habilitação deverá ser identificado no anverso com as seguintes informações:

De: (nome da licitante) (endereço da licitante) (CNPJ da licitante)

Ao: ISSM – Instituto de Seguridade Social de Maricá, conforme Carta Convite nº. 02/2020
Envelope nº 1 – Habilitação



8.2. Para ser habilitada na presente licitação a licitante deverá apresentar no envelope nº 1 Habilitação – todos os documentos necessários à Habilitação Jurídica (item 8.3.), Qualificação Técnica (item 8.4.), Qualificação Econômico-Financeira (item 8.5.), Regularidade Fiscal e Trabalhista (item 8.6.), e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (item 8.7) bem como se atentar ao item 18. Disposições finais, deste edital, conforme seguem.

8.3. **Habilitação Jurídica:**

8.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição no órgão competente do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício. No ato constitutivo deverão estar contemplada, dentre os objetos sociais, a execução de atividades compatíveis com a natureza e objeto da licitação.

8.4. **Qualificação Técnica:**

8.4.1 Prova de Registro e Regularidade emitidos pelo IBA – Instituto de Atuária do Brasil. Conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, item – 4.

8.4.2. **Atestado de Capacidade Técnica** comprovando que a licitante executou serviços pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação devidamente Identificada com sua razão social e CNPJ, assinada por um de seus responsáveis. Conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, itens – 4 e 10

8.4.3. **Comprovação da capacidade técnico-profissional**, comprovando que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega das propostas, profissional de nível superior, com capacidade para o desenvolvimento dos serviços previstos no objeto; sendo o mesmo profissional indicado no item 8.4.1. do Edital e Conforme ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA, itens – 4 e 10. O vínculo do profissional com a licitante deverá ser comprovado através da apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor do ISSM, da Ficha de Registro de Empregados;
- b) Cópia autenticada, por cartório competente, da Carteira de Trabalho contendo as anotações de contrato de trabalho;
- c) Cópia autenticada, por cartório competente, do contrato social, no caso de sócio ou diretor da licitante.

8.5. **Qualificação Econômica Financeira**

8.5.1 Certidão negativa de falência; concordata e balanço patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da participante.

8.6. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.6.1. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

8.6.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.6.3. Certidão Conjunta Negativa (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.



8.6.4. Certidão Negativa (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante.

8.6.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante.

8.6.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida com base no Artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011;

8.6.7. Certidão Negativa de Dívida Ativa do Estado.

8.7. Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme anexo VI do Edital).

8.8. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, devidamente identificado ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme caput do art. 32 da Lei nº 8.666/1993. Também serão aceitos documentos emitidos via internet, desde que possível a verificação de sua autenticidade em site oficial.

8.9. Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade na data final para entrega dos envelopes. Se a validade não constar de algum documento, será considerado válido por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

8.10. As cópias de documentos obtidos via Internet não necessitam de autenticação, pois os mesmos serão confirmados pela mesma via, pela Comissão Permanente de Licitação.

9. DA PROPOSTA COMERCIAL

9.1. O envelope nº 2 – Proposta Comercial deverá ser identificado no anverso com as seguintes informações:

De: (nome da licitante) (endereço da licitante) (CNPJ da licitante);

Ao: ISSM – Instituto de Seguridade Social de Maricá, Carta Convite nº. 02/2020;

Envelope nº 2 – Proposta Comercial.

9.2. A proposta apresentada deverá atender aos seguintes requisitos:

a) A proposta deverá apresentar o valor da prestação do serviço conforme o objeto, com o preço mensal e o preço total para o período de 12 (doze) meses.

b) Preços unitários em algarismos (valor de cada item), com no máximo dois dígitos após a vírgula, e o valor total da proposta em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.

c) No preço ofertado, deverão estar inclusos todos os impostos e taxas, e todas as despesas concernentes à prestação do objeto, fretes, encargos sociais, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.



- d) Os valores serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses. Após o período de 12 (doze) meses, o valor poderá ser reajustado anualmente pelo Índice de Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - ou outro índice que venha a substituí-lo.
- e) Estar fixado prazo de validade da proposta, não inferior a 60 dias, contados a partir da data da apresentação. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- f) A proposta deverá ser apresentada em formulário próprio da licitante, devendo ser digitada ou datilografada, sem rasuras, redigida com clareza e devidamente datada;
- g) Na proposta deverá ser informada a Razão Social completa, o CNPJ, endereço, e-mail e o telefone da licitante.
- h) A proposta deverá estar assinada pelo responsável legal da empresa licitante ou quem possua poderes para tal.

10. PROCEDIMENTO

Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias e não será motivo para desclassificação da proposta.

10.1. Na data e horário previstos no item 2.1 deste Edital, serão abertos os Envelopes nº1- HABILITAÇÃO, contendo a documentação pertinente à habilitação das licitantes, e procedida a sua apreciação.

10.2. Considerar-se-ão inabilitadas as licitantes que não apresentarem os documentos conforme o item 8 deste Edital e seus anexos;

10.3. O Envelope nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL das licitantes consideradas INABILITADAS será devolvido fechado após o término do processo licitatório.

10.4. Serão abertos os Envelopes nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL, contendo as propostas comerciais, das licitantes HABILITADAS.

10.5. Após a abertura dos Envelopes nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL, será realizada a análise da proposta pelas licitantes presentes para as suas considerações.

10.6. Verificar-se-á a conformidade de cada proposta com os requisitos do presente Edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

10.7. Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 11 deste Edital.

11. JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

11.1. A presente licitação será julgada pelo critério de Menor Preço Global.



11.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecida as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

12. ADJUDICAÇÃO

12.1. O objeto da presente licitação será adjudicado para a licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital e seus anexos, for classificada em primeiro lugar, de acordo com o critério de julgamento estabelecido no item 11.1.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação.

13.2. O prazo estipulado no item 13.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ISSM.

13.3. Caso a licitante vencedora se recuse, sem justificativa, a assinar o contrato ou a retirar o empenho, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo em igualdade de condições da licitante vencedora.

13.4. O Contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias corridos, adicionados ao prazo de prestação do serviço, contados a partir de sua publicação.

14. DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

14.1. A Nota Fiscal deverá ser entregue a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

14.2. O pagamento será realizado até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal, mediante certificação do ISSM de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital.

14.3. Somente será considerada entregue a Nota Fiscal acompanhada do requerimento de pagamento, constando o período de execução do objeto na descrição, no corpo do documento fiscal (documento impresso). Será considerada entregue a Nota Fiscal enviada por meio eletrônico (e-mail).

14.3. Os valores serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses. Após o período de 12 (doze) meses, o valor poderá ser reajustado anualmente pelo Índice de Preços Nacional ao Consumidor – INPC - ou outro índice que venha substituí-lo.

14.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o ISSM – Instituto de Seguridade Social de Maricá (CNPJ nº39.511.530/0001-30).

14.6 Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos à prestação do objeto, ainda que a requerimento do interessado.



15. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PRESTAÇÃO DO OBJETO

15.1. O prazo de prestação do serviço objeto deste Edital será de 12 (doze) meses, iniciando-se na assinatura do contrato; podendo ser prorrogado até o limite máximo permitido na legislação, a critério do ISSM.

15.2. O prazo de prestação do serviço, mediante acordo entre as partes, poderá ser prorrogado até o limite estabelecido pelo artigo 57, IV da Lei nº. 8.666/1993, mediante a formalização de termo aditivo ao contrato.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Os recursos administrativos cabíveis contra atos ou decisões proferidos pela Administração na presente licitação são os constantes no art. 109 da Lei nº 8.666/1993, e deverão ser dirigidos para a Presidente da Comissão Permanente de Licitações do ISSM, sendo protocolados no ISSM.

16.2. Os recursos recebidos serão processados e julgados conforme o art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

17. DAS PENALIDADES

17.1. A licitante vencedora ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes a Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as leis vigentes, e ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao ISSM, ou a terceiros em virtude da inexecução do Contrato, respondendo por si e seus sucessores.

17.2. Na hipótese de a licitante não atender as disposições do Edital, ou às exigências técnicas e ou comerciais dos compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de 0,5 % (cinco décimos percentuais) por dia, sobre o valor total do contrato, até no máximo de 10% (dez por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; pela rescisão ou não entrega do objeto, sem justo motivo, por parte da licitante vencedora, ou pela inexecução total do objeto contratado.

17.3. As multas previstas no item anterior serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo ISSM e/ou as multas serão cobradas administrativamente ou judicialmente após a notificação.

17.4. As multas são independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório, e, portanto, não eximem a licitante contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

17.5. Além das multas previstas no item 17.2 deste Edital, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas e/ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:



- a) Rescisão do contrato e/ou Cancelamento da Autorização de Compras/Serviços.
- b) Suspensão do direito de licitar e/ou contratar com o Município e seus órgãos descentralizados, de acordo com a legislação vigente.
- c) Fornecimento de declaração de inidoneidade, de acordo com a legislação vigente.

17.6. As sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Esta Licitação será regida pela Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar;
- b) O ato convocatório desta Carta Convite está afixado no Mural desta Autarquia, no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e em outro meio considerado de grande circulação.
- c) Todos os documentos apresentados deverão estar dentro da validade na data de abertura. Os documentos que não possuem data de validade serão considerados válidos até 60 (sessenta) dias a contar da data de emissão.
- d) Após o prazo final de entrega dos envelopes previsto no item 2.1. não será permitida a retirada, alteração ou a autenticação dos documentos entregues dentro dos envelopes. Na necessidade destes procedimentos, os mesmos deverão ser realizados **antes** do prazo previsto no item 2.1.
- e) Os casos omissos serão julgados pela Comissão Permanente de Licitação do ISSM;
- f) Integram este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Objeto – Termo de Referência
Anexo II – Minuta do Contrato
Anexo III – Declaração para Micro e Empresa de pequeno Porte
Anexo IV – Credenciamento
Anexo V – de Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Maricá, _____ de _____ de 2021.

Janete Celano Valladão
Presidente



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A contratação de serviços técnicos especializados para a prestação de serviços voltados à elaboração de diagnósticos de natureza atuarial e à proposição de medidas viáveis para garantir a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maricá, visando o apoio ao Instituto de Seguridade Social do Município de Maricá - ISSM, órgão gestor do RPPS municipal.

2. JUSTIFICATIVA

2.1.- Atender a necessidade legal em efetuar anualmente os serviços descritos neste Termo de Referência, em conformidade com a Lei Federal nº 9.717/99, que regulamenta a gestão dos RPPS, a Portaria MPS nº 403/2008 que estabelece os critérios das avaliações atuariais, a Lei complementar 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal), os enquadramentos da Lei 9.796/99 e das Portarias MPS nº 402/2008, 403/2008, 563/2014, em especial a Portaria nº 464/2018, as emendas constitucionais nº 20/98, 41/2003, 47/2005, 70/2012, 88/2015 e 103/2019, a Lei 10.887/2004 e a Legislação Municipal e suas alterações.

2.2.- Os serviços a serem executados são relativos à realização de estudos técnicos, elaboração de pareceres e participações para fins de assessoria técnica em reuniões da Diretoria do ISSM e seus órgãos colegiados e demais eventos pertinentes à Gestão Atuarial do RPPS municipal.

2.3.- Por meio dos serviços ora contratados, o ISSM poderá fazer um consistente diagnóstico do equilíbrio atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, visando uma gestão adequada e também possibilitando adotar medidas de ajuste visando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do mesmo, atendendo assim, inclusive, as exigências da Constituição Federal.

2.4.- Por fim, os serviços a serem executados pela empresa contratada serão de grande relevância para o equilíbrio financeiro e atuarial, com a conseqüente sustentabilidade do mesmo e para a boa gestão do Regime Próprio Municipal.

2.5.- Assim, tendo em vista que o ISSM não dispõe, dentre o seu quadro de pessoal de técnico especializado e habilitado para os serviços em comento, necessário se faz a contratação de consultoria técnica especializada na área da confecção dos trabalhos atuariais.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1.- Os serviços técnicos contemplam a mensuração das obrigações previdenciárias do RPPS, de forma a verificar sua viabilidade e propor alternativas de custeio que prestigiem o equilíbrio e a perenidade. Os serviços também contemplam a elaboração de relatórios técnicos atuariais exigidos pela legislação federal para prestações de contas junto ao Ministério da Economia e ao Tribunal de Contas.



As seguintes atividades deverão ser desenvolvidas:

- a) Discriminação, pela empresa contratada, das informações e do *layout* das bases de dados a serem disponibilizados pelo RPPS.
- b) Análise e crítica das bases de dados.
- c) Parecer Atuarial acerca da qualidade, amplitude e atualização da base de dados.
- d) Seleção das hipóteses financeiras, econômicas, biométricas, demográficas e atuariais, dos regimes financeiros e métodos atuariais de capitalização e demais mecanismos de dimensionamento dos compromissos do RPPS e a realização dos estudos atuariais.
- e) Apresentação e debate sobre as hipóteses financeiras, econômicas, biométricas, demográficas e atuariais, dos regimes financeiros e métodos atuariais de capitalização e demais mecanismos de dimensionamento dos compromissos do RPPS junto aos gestores do próprio RPPS.
- f) Elaboração dos cálculos atuariais de diagnóstico do equilíbrio atuarial incluindo o levantamento dos custos previdenciários, identificando as provisões matemáticas, o patrimônio necessário para a preservação do equilíbrio, valor de Superávit ou Déficit Técnico e as alíquotas de contribuição necessárias.
- g) Elaboração de projeções atuariais de fluxos financeiros futuros anuais contendo as receitas e despesas segmentadas entre benefícios a conceder e benefícios concedidos e também em relação aos tipos de receitas e tipos de benefícios.
- h) Elaboração de relatório de Avaliação Atuarial Anual referente ao fechamento dos exercícios de 2020 e 2021 contendo, no mínimo, resultados da crítica da base cadastral, a descrição das hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais de capitalização, descrição dos benefícios do plano, descrição do Plano de Custeio vigente, provisões matemáticas, patrimônio necessário para a preservação do equilíbrio, valor de Superávit ou Déficit Técnico, alíquotas de contribuição necessárias, proposta de plano de amortização de déficit atuarial se houver, comparativo com as Avaliações Atuariais de fechamento dos 03 exercícios anteriores, resultados das projeções atuariais de fluxos financeiros futuros anuais e Parecer Conclusivo.
- i) Elaboração dos Demonstrativos dos Resultados das Avaliações Atuariais - DRAA referente ao fechamento dos exercícios de 2020 e 2021 no formato exigido pela Secretaria de Previdência Social -MF e em conformidade com as Portarias MPS nº 403/2008 e 563/2014 e em especial a Portaria MF nº 464/2018 e preenchimento do DRAA no Sistema CADPREV.
- j) Elaboração do Demonstrativo das Projeções Atuariais previsto pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e regulamentada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
- k) Elaboração de Nota Técnica Atuarial - NTA - para cada Plano de Benefícios contendo a descrição dos elementos técnicos que compõe os cálculos efetuados para a geração do relatório de Avaliação Atuarial incluindo a descrição das bases técnicas, das hipóteses, financeiras,



econômicas, biométricas, demográficas e atuariais, descrição dos regimes financeiros e métodos atuariais de capitalização, descrição dos benefícios do plano, descrição do Plano de Custeio vigente, expressões de cálculo do valor atual dos benefícios futuros por tipo de benefício e por tipo de segurado, expressões de cálculo do valor atual das contribuições futuras por tipo de contribuinte e por tipo de contribuição, expressões de cálculo das provisões matemáticas e expressões de cálculo das alíquotas de equilíbrio do plano.

- l) Assessoria para elaboração de resposta aos órgãos fiscalizadores acerca de questões relacionadas às Avaliações Atuariais do RPPS.
- m) Elaboração de relatórios mensais de descrição dos serviços executados.
- n) Disponibilização de consultores capacitados e habilitados para realizar apresentações dos relatórios e participar de reuniões com a diretoria, membros dos órgãos colegiados e gestores municipais para tratar de temas relativos às Avaliações Atuariais do RPPS.

4. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

4.1. - Visando buscar a máxima qualidade nos serviços, é fundamental que a empresa contratada possua comprovada experiência na prestação dos serviços requeridos e que possua em seus quadros profissionais capacitados, habilitados e com a necessária experiência profissional.

- a) A empresa, para ser contratada, deverá possuir comprovada experiência em prestação de serviços de consultoria atuarial junto a Regimes Próprios de Previdência Social, devidamente comprovada através da apresentação de atestados de capacidade técnica, expedida por, no mínimo, 03 (três) RPPS.
- b) A empresa, para ser contratada, contratada deve ser registrada e apresentar declaração atualizada de regularidade de inscrição no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA - contendo número de CIBA.
- c) A empresa contratada deverá possuir certificação do IBA no segmento de Previdência Social
- d) A empresa contratada deverá possuir em seu quadro de consultores, no mínimo, 02 (dois) atuários, sendo que pelo menos 01 (um) deles deverá fazer parte do Contrato Social da Empresa contratada, além de estarem com inscrição regular no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA;

5. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A Contratada se compromete a garantir o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela Contratante, e assume as seguintes obrigações:

- a) Não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados a terceiros, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação; e
- b) Não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados por escrito pelo (a) Contratante, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação.



6. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1.- Os serviços deverão ser executados num período de 12 meses, sendo aplicado o reajuste após 12 meses de acordo com a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Os prazos serão contados a partir da formalização da contratação da empresa vencedora do certame, através da celebração do contrato de prestação de serviços, de veiculação de avisos de licitação, erratas a editais, resultados de impugnações e recursos e Editais, entre outros atos oficiais de interesse da Presidência do Instituto – ISSM.

6.2.- A Contratada deverá apresentar mensalmente ao Contratante o andamento do serviço que estará sendo feito, para que, um Grupo de Trabalho da Contratante, possa fiscalizar, coordenar, fornecer informações e ou documentos, para o bom andamento do serviço.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato entre as partes;
- b) Comunicar à empresa contratada constatação de falhas nos serviços prestados, quando houver, bem como rescindir o contrato de prestação de serviço por inadimplência no cumprimento do contrato;
- c) Designar 02 (dois) fiscais para acompanhamento, fiscalização, validação e aprovação da execução contratual;
- d) Verificar a execução contratual e atestar a nota fiscal;
- e) Promover, através da Comissão de Fiscalização ou pelo Presidente do ISSM ou servidor por ele designado, quando da celebração do contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos relacionados nos itens descritos no item 03(três) deste Termo de Referência.
- f) Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.
- g) Definir e nomear, tão logo ocorra à emissão da ordem de serviço, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização específica para os serviços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;
- b) Manter sob sua responsabilidade, todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, arcando com os respectivos encargos sociais;
- c) Responder perante a CONTRATANTE, pela execução e entrega dos serviços a serem executados;
- d) Cumprir fielmente todas as condições estabelecidas em contrato, de forma que os serviços sejam permanentemente executados e mantidos com esmero e perfeição, sob a sua inteira responsabilidade;
- e) Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado, assegurando a CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar ou recusar o serviço em desacordo com as cláusulas contratuais;
- f) A republicação decorrente de erro da CONTRATADA, por não cumprir o prazo de publicação, deverá ocorrer sem ônus para o Instituto - ISSM.



9. DA FISCALIZAÇÃO, DO PRAZO E DA SUBSTITUIÇÃO

9.1 - A fiscalização deverá ser feita por uma Comissão de Fiscalização do Contrato designada pelo Presidente do ISSM, quando da celebração do contrato.

9.2- Quanto ao prazo de recebimento provisório e definitivo do objeto:

9.2.1 - **Provisoriamente**, no prazo 48 (quarenta e oito) horas.

9.2.2 - **Definitivamente**, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

9.3.- No caso de identificação de que o serviço se revelar inadequado ou em desacordo com as especificações deverá ser substituído no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação à CONTRATADA.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1.- A Licitante deverá apresentar, no mínimo, de 01(uma) Declaração de capacidade técnica, fornecida por empresa do ramo específico do objeto que tenha mantido contrato pelo prazo superior a 1(um) ano, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica e quantidade com o objeto desta licitação.

11. DO PAGAMENTO

11.1.- Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”;

11.2.- O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante;

11.3.- O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 158/2018;

11.4.- Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observado neste caso o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA;

11.5.- A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

11.6.- Para efeitos de pagamento serão observadas as frações utilizadas em cada publicação.

12. DO MODELO DE LICITAÇÃO ADOTADO

12.1.- Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, em seu artigo 22, III e suas posteriores alterações, o Instituto de Seguridade Social de Maricá, em razão do valor, adota a modalidade de Carta Convite, conforme dispõe a Lei supracitada, para a contratação de consultoria especializada.

12.2.- Para o custeio da referida contratação, serão utilizados recursos próprios, não havendo a participação de verbas oriundas de repasses federais e/ou estaduais ou convênios.

13. CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

13.1.- O Critério de julgamento a ser utilizado no presente processo licitatório deverá ser o de MENOR PREÇO GLOBAL.



14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1.- A despesa decorrente da futura contratação correrá à conta do orçamento vigente:

Órgão: 40 - INTITUTO DE SEGURIADADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM;

Unidade orçamentária: 40.03 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS;

Funcional programática/programa: 140.40.03.09.122.0062 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO;

Funcional programática/Ação: 2237 MANUT. OPER. ATIV. ADMINISTRATIVAS DO ISSM;

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA;

Fonte de recursos: 303 RPPS.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- As Empresas licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

15.2.- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e projetos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços do objeto deste Termo de Referência, o que significa que deverá computar, nos preços unitários, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa e correta execução dos serviços.

15.3.- Quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será facultado ao INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independente da comunicação prevista no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

15.4.- Deixando o licitante vencedor de assinar o Contrato no prazo estabelecido, é facultado ao INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM convocar as licitantes remanescentes respeitadas a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.5. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital, prevalecerão as normas editalícias.

16. VALIDADE DAS PROPOSTAS

16.1- Os orçamentos apresentados deverão ser válidos por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.



17. DOS CASOS OMISSOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar os impasses, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis.
- b) A licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação.
- c) Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa de 10% (dez por cento), por inexecução do contrato, sobre o valor total da contratação, e de 5% (cinco por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a contratada, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

Maricá, ___ de _____ de 2021.

Marta Machado da Silva
Presidente da CPL

De acordo:

JANETE CELANO VALLADÃO
Presidente - ISSM



ANEXO II (MINUTA DE) CONTRATO

1. PARTES

1.1. ISSM – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 39.511.530/0001-30, com sede na Rua Amadeo Pugliese, nº 28, Centro, Maricá-RJ, neste ato representado por sua Presidente, a Sr^a. Janete Celano Valladão, doravante denominado CONTRATANTE.

1.2. _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, estado de _____, neste ato representada pelo Sr (A). _____, doravante denominado CONTRATADA.

2. OBJETO

2.1. Este contrato visa a contratação de empresa para ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL PARA O ISSM – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação na modalidade de Carta Convite nº 02/2020 e demais condições estabelecidas neste Contrato e no Edital.

2.2. Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Licitação na modalidade de Carta Convite nº 02/2020, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o procedimento licitatório.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas resultantes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária de 2021, a saber:

Classif. Funcional Programática/Ação	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor(R\$)
4003091220062/237	Manutenção das Atividades Administrativas	Outros Pessoa Jurídica	3.3.3.9039000000 – Aplicações diretas	RPPS 303	84.000,00

4. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pela prestação dos serviços previstos no presente contrato, o ISSM pagará o valor da média mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais); não ultrapassando o valor total de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) pelo período de 12 (doze) meses.

4.2. A Nota Fiscal deverá ser entregue a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

4.3. O pagamento será realizado até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal, mediante certificação do ISSM de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital.



4.4. Somente será considerada entregue a Nota Fiscal (documento impresso). Será considerada entregue a Nota Fiscal enviada por meio eletrônico (e-mail).

4.5. Os valores serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses. Após o período de 12 (doze) meses, o valor poderá ser reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPC - ou outro índice que venha substituí-lo.

4.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o ISSM – Instituto de Seguridade Social de Maricá, (CNPJ nº 39.511.530/0001-30).

4.7. Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos à prestação do objeto, ainda que a requerimento da Contratada.

5. DA RESPONSABILIDADE DO ISSM

5.1. Caberá ao ISSM efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula quarta.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, nº 02/2020, a qual, como todos os documentos da licitação e especificações do ISSM, passa a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição.

6.2. Caberá à CONTRATADA o fornecimento do objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu encargo todos os ônus decorrentes da prestação do serviço.

6.3. Aceitar acréscimos ou supressões que o ISSM solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do art. 65 de Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

6.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação.

6.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação.

6.6. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação, devendo comunicar imediatamente a Diretoria do ISSM qualquer alteração. Fornecer, sempre que solicitado, qualquer um dos documentos inerentes as condições de cadastramento e qualificação, conforme as disposições da legislação vigente.

6.7. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos e contribuições previdenciárias;

6.8. Encargos trabalhistas, taxas, fretes e quaisquer outros que forem devidos.

6.9. A CONTRATADA obriga-se a manter em sigilo todas as informações prestadas pelo ISSM e inerentes a prestação do presente serviço, não podendo ser divulgadas sem prévia e expressa autorização formal (documento escrito) da Presidência do ISSM.



6.10. É de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais e estruturas necessários para a perfeita execução dos serviços, inclusive despesas com transportes, estadias e alimentação quando se fizerem necessárias.

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO

7.1. O prazo de prestação do serviço deste contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se na publicação do contrato; podendo ser prorrogado até o limite máximo permitido na legislação, a critério do ISSM.

7.2. O prazo de fornecimento, mediante acordo entre as partes, poderá ser prorrogado até o limite estabelecido pelo artigo 57, IV da Lei nº. 8.666/1993, mediante a formalização de termo aditivo ao contrato.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A CONTRATADA ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes a Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as leis vigentes, e ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao ISSM, ou a terceiros em virtude da inexecução do Contrato, respondendo por si e seus sucessores.

8.2. Na hipótese da CONTRATADA não atender as disposições do Edital, ou às exigências técnicas e ou comerciais dos compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 0,5 % (cinco décimos percentuais) por dia, sobre o valor total do contrato, até no máximo de 10% (dez por cento), quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; pela rescisão ou não entrega do objeto, sem justo motivo, por parte da CONTRATADA, ou pela inexecução total do objeto contratado.

8.3. As multas previstas no item anterior serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo ISSM e/ou as multas serão cobradas administrativamente ou judicialmente após a notificação.

8.4. As multas são independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório, e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

8.5. Além das multas previstas no item 8.2 do presente contrato, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações assumidas e/ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Rescisão do contrato e/ou Cancelamento da Autorização de Serviços.
- b) Suspensão do direito de licitar e/ou contratar com o Município e seus órgãos descentralizados, de acordo com a legislação vigente.
- c) Fornecimento de declaração de inidoneidade, de acordo com a legislação vigente.

8.6. As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.



8.7. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação do serviço, for por motivo de força maior ou por caso fortuito.

9. DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser rescindido na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

9.2. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do ISSM em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I, do art. 79 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência do ISSM.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. O presente Instrumento terá vigência de 12 meses, a partir da assinatura do contrato.

11. DOS DANOS E PREJUÍZOS

11.1. A CONTRATADA responderá por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados e/ou contratados por esta venham a causar diretamente ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. O ISSM ficará alheio a relação jurídica que se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar acréscimos ou supressões que o ISSM solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do art. 65 de Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

12.2. A legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos é a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

12.3. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação.

12.4. A não utilização por parte do ISSM, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou não aplicação de quaisquer sanções nelas revistas, não importará em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretados como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ
Rua Amadeo Pugliese, nº 28 - Centro - Maricá - RJ - Tel.: 2637-3680

estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Maricá, _____ de _____ de 2021.

Janete Celano Valladão
Presidente do ISSM

Empresa Contratada
Sócio/Representante

Testemunha

CPF: _____

Testemunha

CPF: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ
Rua Amadeo Pugliese, nº 28 - Centro - Maricá - RJ - Tel.: 2637-3680

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA MICRO E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
AO ISSM – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ
MUNICIPAIS REF.: CARTA CONVITE Nº 02/2020

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ n°
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.
(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n°
....., e do CPF n°,
DECLARA, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente.

.....,de.....de 2021.

Identificação e assinatura do Representante Legal
(com Firma Reconhecida)

Identificação e assinatura do Contador Responsável
(com Firma Reconhecida)
Identificar n° do CRC do Contador



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ
Rua Amadeo Pugliese, nº 28 - Centro - Maricá - RJ - Tel.: 2637-3680

ANEXO IV

CREDENCIAMENTO

AO:
ISSM – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ;
REF.: CARTA CONVITE Nº 02/2020.

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____
_____ portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e
CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo ISSM – Instituto de
Social de Maricá, na modalidade Carta Convite nº 02/2020 na qualidade de REPRESENTANTE
LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº
_____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os
demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2021.

Carimbo e Assinatura do Credenciante
(com Firma Reconhecida)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ
Rua Amadeo Pugliese, nº 28 - Centro - Maricá - RJ - Tel.: 2637-3680

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

AO:
ISSM – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ;
REF.: CARTA CONVITE N°02/2020.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

....., inscrita no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a).....,
portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
.....,DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, que cumpre integralmente
a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso
XXXIII.

_____, _____ de _____ de 2021.

Identificação e assinatura do Representante Legal